

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL

Nos dias vinte e cinco e vinte e seis do mês de fevereiro do ano de 2010, na sede da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, localizada na SRTV/SUL, Quadra 701, Bloco I, Lt 9, 4º andar, Ed. Palácio da Imprensa, na cidade de Brasília/DF, sob a presidência do Promotor de Justiça, Dr. Maurício Kalache, e com a presença dos Doutores: Mendelsohn E. Kieling Cardona Pereira, Diretor Presidente da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio de Janeiro e representante da Diretora do Centro de Estudos Jurídicos do Ministério Público do Rio de Janeiro; Sérgio Dário Machado, Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Espírito Santo; Izabel Cristina Salvador Salomão, Diretora da Escola de Estudos Superiores do Ministério Público do Espírito Santo; Alexandre Manuel Lopes Rodrigues, representante do Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Pará; Danilo Lovisaro do Nascimento, Diretor da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Acre; Eduardo Lima de Matos, representante da Diretora Pedagógica e Administrativa da Escola Superior do Ministério Público de Sergipe; Zulene Santana de Lima Norberto, Diretora da Escola Superior do Ministério Público de Pernambuco; Gustavo Mereles Ruiz Diaz, Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional de Santa Catarina; José Antônio Borges Pereira, Diretor da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Mato Grosso; Cláudia Maria de Freitas Chagas, Diretora da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Antônio Joaquim Fernandes, representante do Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público de Minas Gerais; Samia Saad Gallotti Bonavides, Diretora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Paraná; Eloisa da Sousa Arruda, Diretora da Escola Superior/Centro de Estudos e

Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público de São Paulo; Luiz Fernando Calil de Freitas, Diretor da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul; Airton Pedro Marin Filho, Diretor da Fundação Escola Superior do Ministério Público de Rondônia, e Maria do Socorro Milhomem Monteiro, Diretora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Amapá, nos termos dos registros do Livro de Presenças, reuniu-se em Assembleia Geral o Colégio de Diretores de Escolas e CEAFs dos Ministérios Públicos do Brasil, com a seguinte pauta de assuntos: **25-02-2010**; **1)** *Aprovação da Ata da reunião de Florianópolis (dez 2009)*; **2)** *Apresentação do CDEMP ao Dr. Sérgio Feltrin, Conselheiro do CNMP*; **3)** *Aperfeiçoamento Funcional no Ministério Público: a visão da CONAMP – Dr. José Carlos Cosenzo e Dr. César Bechara Nader Mattar Júnior*; **4)** *Escola Nacional de Direito do Consumidor (Departamento de Defesa do Consumidor/MJ) e o CDEMP: Dr. Ricardo Morishita Wada*; **5)** *Credenciamento Especial das Escolas Fundacionais ou Associativas junto ao MEC: estado atual. Credenciamento Especial dos CEAFs junto ao Sistema Estadual de Ensino. Parcerias das Escolas do MP entre si e com o IES*; **6)** *Assuntos gerais*; **26-02-2010** - **1)** *Apresentação do CDEMP ao Dr. Bruno Dantas, Conselheiro do CNMP*; **2)** *Resolução nº 40/CNMP – propostas de alteração*; **3)** *Projeto pedagógico das Escolas: conteúdos de prática profissional (prática jurídica e prática forense)*; **4)** *Assuntos gerais*. **1) Abertura** - Às 09h do dia vinte e cinco de fevereiro de 2010, foram iniciados os trabalhos. Formou-se mesa composta pelas seguintes autoridades: **Dr. Maurício Kalache**, Presidente do CDEMP, **Dr. Sérgio Feltrin**, Conselheiro do CNMP, **Dr. José Carlos Cosenzo**, Presidente da CONAMP. Registrou-se a presença do **Dr. César Bechara Nader Mattar Júnior** (novo Presidente da CONAMP). Não foi apreciada a ata da reunião anterior realizada em dezembro de 2009, na cidade de Florianópolis, por motivo de força maior devidamente justificado. Abertos os trabalhos, o Presidente Dr. Maurício Kalache ressaltou que o CDEMP vive um momento importante por ter a Dra. Cláudia Maria de Freitas Chagas, Diretora da Fundação Escola Superior do Ministério

Público do Distrito Federal e Territórios, como integrante do CNMP. Na sequência, apresentou o CDEMP ao Dr. Sérgio Feltrin e ao Dr. José Carlos Cosenzo, informando que é um colegiado informal composto de quarenta e duas entidades, Escolas e CEAFs, esclarecendo que as escolas e CEAFs são de grande importância para os Ministérios Públicos, que não podem mais negligenciar na capacitação de seus membros e servidores, informando, ainda, que as escolas geralmente recrutam pessoas para o Ministério Público, esclarecendo que ele mesmo é egresso da Escola do Ministério Público do Paraná. Em seguida, o Presidente passou a palavra ao Dr. Sérgio Feltrin, que iniciou seu pronunciamento saudando todos os presentes na pessoa do Dr. Maurício Kalache e da Dra. Cláudia Maria de Freitas Chagas, esclarecendo que ficou impressionado com as estruturas das escolas e CEAFs, afirmando que o papel do Ministério Público e das escolas é de grande importância para a formação da sociedade brasileira e que, a partir da Constituição de 1988, o Ministério Público só terá êxito pleno se investir no processo de atualização e qualificação profissional de seus integrantes, visto que, segundo ele, o aprimoramento é indispensável, porque a mente humana foi feita para estar em constante modificação, informando que um colega seu, Ministro do STJ, o aconselhou levar para as escolas os novos juízes, esclarecendo ainda que teve informação de que as escolas e CEAFs são centro de excelência nas suas atividades de formação, atualização e qualificação profissional. Dada a palavra à Dra. Cláudia Maria de Freitas Chagas, ela informou que o Dr. Sérgio Feltrin tem contribuído muito para o Ministério Público Brasileiro e tem se colocado sempre à disposição para ajudá-lo no que for preciso. Dada a palavra ao Dr. José Carlos Cosenzo, ele iniciou seu pronunciamento fazendo elogios à Dra. Eloisa da Sousa Arruda, Diretora da Escola Superior/Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público de São Paulo, informando que ela foi pioneira naquele Ministério Público em classificar os acidentes de trânsito como crime doloso eventual. Esclareceu ainda que, por causa da atividade política que exerce como presidente da CONAMP, ficou um

pouco alheio às atividades institucionais do Ministério Público de São Paulo; defendeu a elaboração de um diagnóstico estratégico pelas escolas e CEAFs para verificar o perfil do Promotor de Justiça novo, visto que o Ministério Público tem que ser um agente de transformação social, afirmando que, atualmente, existe um grande distanciamento entre os membros mais antigos e os novos, posto que os antigos detêm experiência e os novos possuem conhecimentos técnicos, mas muitos deles não possuem experiência necessária para o exercício da função ministerial, esclarecendo que o Ministério Público é uma instituição bem avaliada pelos institutos de pesquisas, mas ainda não venceu o grande problema de ser desconhecido da sociedade; criticou a forma de recrutamento de novos membros para ingresso na instituição, que aprova pessoas residentes em capitais, as quais, geralmente, têm dificuldades de residir nas cidades interioranas; observou o abandono intelectual da área criminal em face das áreas especializadas; comentou que o sistema eleitoral do Ministério Público evoluiu para eleição direta de Procurador-Geral de Justiça pela própria classe e com mandato de três anos. Concluiu afirmando que em qualquer projeto de gestão e de qualificação de membros do Ministério Público, as escolas e CEAFs são o palco ideal para discussão dos projetos; informou que a CONAMP é uma extensão do CDEMP e está de portas abertas para auxiliar no que for necessário. Dando continuidade, foi dada a palavra ao Dr. Ricardo Morishita Wada, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), vinculado ao Ministério da Justiça, que informou que integra esse departamento desde o ano de 2003, fazendo relato sobre o trabalho dos PROCONs nos Estados, afirmando que o maior problema desses órgãos é a falta de estrutura, esclarecendo que os PROCONs estaduais dependem de órgãos políticos, e que, a cada dois anos, muda-se toda a equipe. Informou que os Ministérios Públicos são grandes parceiros dos PROCONs e que, sem essa parceria, a defesa do consumidor seria impossível. Ao final, foi assinado pelo Dr. Ricardo Morishita Wada, Diretor do DPDC, e pelo Dr. Maurício Kalache, Presidente do CDEMP, o “Protocolo de Intenções SDE-

MJ/DPDC/CDEMP”, para **promover a capacitação dos integrantes do sistema nacional de defesa do consumidor e dos Ministérios Públicos**. Em continuidade, o presidente abriu espaço para que todos os representantes das escolas e CEAFs relatassem como se encontram suas instituições, iniciando pelo Dr. Luiz Fernando Calil de Freitas e em seguida todos os diretores de escolas e CEAFs se manifestaram. Após o relato de todos, o Dr. Sérgio Feltrin fez uso da palavra e afirmou que, apesar dos problemas relatados, verifica que a instituição Ministério Público, com o auxílio das escolas e CEAFs, tem avançado muito, especialmente após o advento da Constituição de 1988. O Dr. José Carlos Cosenzo também fez uso novamente da palavra para dizer que concorda com as colocações do Dr. Sérgio Feltrin, acrescentando que como presidente da CONAMP tem observado o inegável avanço do Ministério Público. Finalizando, o Dr. Maurício Kalache expôs que tinha certa preocupação em apresentar o CDEMP aos membros do CNMP, sem enveredar para o lobismo, pois é incompatível com o Ministério Público, afirmando que estamos na mesma direção em aproximar o CDEMP dos Conselhos CNJ e CNMP. Passou então ao item de Credenciamento Especial das Escolas Fundacionais ou Associativas junto ao MEC: estado atual. Credenciamento Especial dos CEAFs junto ao sistema Estadual de Ensino. Parcerias das Escolas do Ministério Público entre si e os IES, sendo informado pelo presidente que as escolas do Distrito Federal e do Rio de Janeiro estão credenciadas, porém, o Parecer CNE/CES N° 238/2009 foi aprovado, e não foi homologado pelo Ministro da Educação, sendo informado pelo Dr. Mendelsohn E. Kieling Cardona Pereira, Diretor Presidente da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio de Janeiro, que este parecer não será homologado. Continuando, o presidente Dr. Maurício Kalache apresentou ao colegiado um esboço do novo modelo de página virtual do CDEMP, que após discussão com longa intervenção do Dr. Luiz Fernando Calil de Freitas e outros integrantes do CDEMP, foi aprovado. O Dr. Luiz Fernando Calil de Freitas fez intervenção defendendo a necessidade de compilar a história do CDEMP; em

seguida, o presidente apresentou edital para os cursos de pós graduação *stricto sensu* para mestrado e doutorado em Roma e Lisboa, esclarecendo que para o curso de Roma não houve dispensa do pagamento da propina (mensalidade). Foi designada a Dra. Izabel Cristina Salvador Salomão, Diretora da Escola de Estudos Superiores do Ministério Público do Espírito Santo, para ver o credenciamento da Universidade de Lisboa, visto que se encontra com viagem previamente agendada para aquele país. **Dia 26-03-2010:** Dado reinício aos trabalhos às 09h, passou-se à sequência da pauta prevista com a discussão da Resolução nº 40 do CNMP, ficando decidido que seria acrescentado nela o ensino a distância. Continuando, foi recebido pelos integrantes do CDEMP o Conselheiro do CNMP, Dr. Bruno Dantas, que agradeceu ao convite e disse que se sentia muito honrado em participar da reunião; o senhor presidente apresentou o CDEMP a ele, informando que é um órgão de articulação política que tem por objetivo a educação continuada voltada para os Membros do Ministério Público e preparação dos acadêmicos para estágios, informando que as instituições integrantes do CDEMP compõem-se de escolas e CEAFs, sendo treze escolas fundacionais, quatro associativas e vinte e cinco CEAFs. Informou também que as escolas e CEAFs se destinam: 1) à preparação de estagiários; 2) aos cursos preparatórios para ingresso na carreira; 3) ao vitaliciamento de novos integrantes e 4) à atualização e aperfeiçoamento funcional de membros e servidores dos Ministérios Públicos. O Dr. Bruno Dantas iniciou sua exposição esclarecendo que gostaria de ter podido comparecer em data anterior quando foi convidado, afirmando que na consultoria jurídica que exerce junto ao Senado Federal, espelha-se muito no Ministério Público. Solicitou engajamento total dos membros do CDEMP na elaboração da Revista de Jurisprudência do CNMP, esclarecendo que o formato pensado da referida revista é virtual; defendeu uma participação especial do Ministério Público na comissão de modificação do Código de Processo Civil, que tramita no Congresso Nacional, informando que o novo CPC deve modernizar a posição do órgão ministerial no processo civil,

informando que integra a subcomissão de modificação da parte geral na qual consta a intervenção do Ministério Público, e se sente, como membro do CNMP, no dever de auxiliar a instituição ministerial, entendendo que a atuação do MP no novo código precisa ser disciplinada de forma mais moderna, sugerindo a criação do incidente de coletivização na ação civil pública. Finalizando, alertou para que todos participem o mais urgente possível do processo de modificação do novo Código de Processo Civil, informando que o momento adequado para referida intervenção é no comitê gestor, pois somente nesse órgão é possível qualquer modificação. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada às 13h15 a assembleia geral, do que, para constar, eu, Maria do Socorro Milhomem Monteiro, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo presidente.

TIRAR O NÚMERO DE PÁGINAS